



Senadores aprovam fim do voto secreto em cassação de mandato

Waldemir Barreto/Agência Senado



Texto aprovado ontem substituiu proposta pelo voto aberto em todas as votações do Congresso. Medida segue agora para análise da Câmara dos Deputados

Houve divergência entre os senadores na discussão sobre a abrangência do voto secreto no Congresso. Prevalceu a proposta de Alvaro Dias, que mantém o sigilo

da decisão de deputados e senadores nas análises para definição de autoridades e no exame dos vetos presidenciais, como forma de proteção contra pressões externas. **3**

Alvaro Dias (E) argumenta que a população tem o direito de fiscalizar seu representante, ao justificar sua proposta de emenda à Constituição aprovada ontem pelo Senado

LDO será votada na Comissão de Orçamento na próxima semana 6

Educação a distância mais perto de financiamento 6

Acatado nome de Ana Dolores de Novaes para direção da CVM 6

Rádio e TV Senado devem chegar a São Luís ainda este ano 2

Caso Demóstenes passa na CCJ e vai a Plenário

Por 22 votos a favor e nenhum contra, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do processo de cassação do senador Demóstenes Torres. Decisão final, quarta-feira, será do Plenário **2**

idade e juridicidade do processo de cassação do senador Demóstenes Torres. Decisão final, quarta-feira, será do Plenário **2**



Pedro Taques (E), Eunício Oliveira e Vital do Rêgo ouvem o advogado de defesa Antônio Carlos de Almeida Castro

Telefone sem assinatura básica pode se tornar realidade 8

Plano destina R\$ 22 bi para a agricultura familiar 5

Divisão do ICMS do comércio eletrônico poderá ter novas regras

A proposta foi aprovada ontem pelo Plenário e segue para a Câmara. A nova regra, referente ao comércio pela internet, destina parte da arrecadação do tributo ao estado em que o produto é adquirido. **7**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Senador Renan Calheiros (E), relator, defende em Plenário seu parecer a favor da proposta de emenda à Constituição

Conselheiro tutelar terá salário e direitos trabalhistas

Projeto da senadora Lúcia Vânia, que vai para sanção presidencial, foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado.



Jayme Campos (D) preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais, que ontem aprovou projetos que beneficiam trabalhadores rurais, desempregados e compositores

Trabalhador rural sem emprego pode ter direito a benefício

Projeto inclui tempo de serviço no campo para aposentadoria

Parecer pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do processo contra o senador goiano foi aprovado por 22 votos e nenhum contra. Decisão final será do Plenário, provavelmente quarta-feira

Processo de cassação de Demóstenes passa na CCJ

ESTÁ PRONTO PARA ser votado em Plenário o projeto de resolução que determina a cassação de Demóstenes Torres (sem partido-GO). A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem parecer pela legalidade, constitucionalidade e juridicidade do processo.

O relatório de Pedro Taques (PDT-MT) recebeu 22 votos favoráveis e nenhum contrário, em votação nominal e aberta. É provável que a votação do projeto em Plenário ocorra quarta-feira.

Na CCJ, os senadores não examinaram as acusações que pesam contra o senador goiano, mas os aspectos formais do processo. Demóstenes é acusado de quebra de decoro parlamentar, pois teria mentido aos colegas e defendido interesses do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, no Congresso Nacional.

No texto de 28 páginas, Pedro Taques descreve o processo que culminou com o parecer do Conselho de Ética do Senado pela cassação, depois que o PSOL entrou com representação para apuração de comportamento incompatível com o decoro parlamentar.

Taques também considerou que o procedimento constitucional foi devidamente respeitado e que o Conselho de Ética cumpriu os procedimentos relacionados ao contraditório e à ampla defesa.

Demóstenes Torres não compareceu à reunião e foi



Pedro Taques (E), ao lado de Eunício Oliveira: direito à defesa foi garantido

representado pelo advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay. O defensor afirmou que o parlamentar tem sido vítima de um julgamento baseado em provas ilegais e em vazamentos "criminosos".

Randolfe Rodrigues (AP), do partido autor da representação que deu origem ao processo administrativo de cassação, afirmou que Demóstenes Torres mentiu e defendeu interesses de uma organização criminosa no Parlamento.

A vice-presidente do Senado, Marta Suplicy (PT-SP), fez duras críticas a Demóstenes, que tinha, disse, "conhecimento das atividades ilícitas de Carlos Cachoeira quando foi à tribuna do Plenário, em março, fazer seu primeiro discurso".

Também pediram a palavra para falar a favor do parecer de Pedro Taques os senadores Armando Monteiro (PTB-PE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy

Unanimidade

Votaram pela constitucionalidade do parecer pela cassação:

- ▶ Aécio Neves (PSDB-MG)
- ▶ Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
- ▶ Alvaro Dias (PSDB-PR)
- ▶ Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
- ▶ Armando Monteiro (PTB-PE)
- ▶ Eduardo Lopes (PRB-RJ)
- ▶ Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
- ▶ Francisco Dornelles (PP-RJ)
- ▶ Gim Argello (PTB-DF)
- ▶ Inácio Arruda (PCdoB-CE)
- ▶ Jorge Viana (PT-AC)
- ▶ José Pimentel (PT-CE)
- ▶ Luiz Henrique (PMDB-SC)
- ▶ Magno Malta (PR-ES)
- ▶ Marta Suplicy (PT-SP)
- ▶ Pedro Simon (PMDB-RS)
- ▶ Pedro Taques (PDT-MT)
- ▶ Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
- ▶ Renan Calheiros (PMDB-AL)
- ▶ Romero Jucá (PMDB-RR)
- ▶ Sérgio Petecão (PSD-AC)
- ▶ Vital do Rêgo (PMDB-PB)

(PT-SP), Humberto Costa (PT-PE), Jorge Viana (PT-AC), José Pimentel (PT-CE), Magno Malta (PR-ES), Pedro Simon (PMDB-RS) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Para Ferraço, Viviane Senna é exemplo para a educação

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) homenageou a empresária Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna, entidade de apoio a crianças idealizada por seu irmão, o automobilista morto em 1994.

— Ela já ajudou, presidindo o instituto, a melhorar a vida de 15 milhões de jovens brasileiros. Para ultrapassar a ignorância, a violência, a pobreza e vencer a corrida pela inclusão social, o instituto aposta numa ferramenta poderosa: a educação.

Ganhadora de prêmios nacionais e internacionais, Viviane Senna recebeu em junho o Grand Prix do banco francês BNP Paribas.

— É a primeira vez que o banco reconhece o trabalho de um empreendedor social no continente americano — afirmou o senador.



Ferraço: ações de Viviane Senna



Suplicy: Programa DF sem Miséria

Suplicy: DF acerta ao recadastrar família que recebe benefício

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu as mudanças feitas pelo governo do Distrito Federal em seus programas sociais. Segundo o senador, o governo recadastrou todas as famílias beneficiadas após a descoberta de irregularidades e erros.

Citando uma reportagem do *Correio Braziliense*, Suplicy disse que o recadastramento reduziu o número de famílias atendidas pelos programas de 36 mil para 14 mil. A distribuição de pão, leite e cestas básicas será extinta e, em seu lugar, as famílias de baixa renda receberão uma ajuda que variará de R\$ 100 a R\$ 300.

O Programa Distrito Federal sem Miséria passa a trabalhar com o programa federal Bolsa Família. Suplicy sugeriu ao DF que planeje a evolução dos programas sociais para uma renda básica de cidadania.

Rádio e TV Senado chegarão a São Luís

O presidente do Senado, José Sarney, assinou um protocolo de intenções com a Assembleia Legislativa do Maranhão para implantar a TV e a Rádio Senado em São Luís e permitir a transmissão da TV Assembleia em sinal aberto. A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) também participou.

O Senado vai colocar à disposição equipamentos para retransmissão, a assembleia vai custear a estação, e a EBC vai ceder o espaço. Como parte do acordo, a TV Câmara também será transmitida em São Luís.

Sarney lembrou que a TV Senado está presente em dez capitais brasileiras e a intenção é chegar a todos os estados. Por meio da TV, disse ele, a população pode acompanhar os grandes debates nacionais.

Segundo o presidente da



Mesquita, Breve, Sarney, Melo e Cafeteira na assinatura do protocolo de intenções

Assembleia Legislativa do Maranhão, Arnaldo Melo, a TV será um instrumento de inclusão para o povo do Maranhão, que vai poder acompanhar as atividades da assembleia. De acordo com o deputado, a intenção é colocar a TV no ar até o fim do ano. O presidente da EBC, Nelson Breve, disse que esse pode ser o primeiro passo em direção a uma rede pública de TV de

alcance nacional. A cerimônia foi acompanhada pelo senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) e pelo secretário de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita. Ele explicou que o acordo substituiu o assinado em dezembro do ano passado, que teve de ser refeito por conta de ajustes jurídicos. O acordo anterior não envolvia a EBC.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: TRF em Belo Horizonte

14h Na pauta da sessão deliberativa, terceira sessão de discussão da proposta de emenda constitucional que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, em Belo Horizonte.

PRESIDÊNCIA: Procuradora do MP

11h José Sarney recebe a procuradora-geral do Ministério Público do DF, Eunice Carvalho; depois, preside sessão do Congresso; às 11h30, recebe o deputado federal Ronaldo Fonseca (PR-DF). Às 16h, preside a ordem do dia.

CRA: Desconto na energia

8h30 Projeto que concede descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura consta da pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CI: Embarque gratuito de bagagem

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina projeto que determina o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

CPI DO CACHOEIRA: Requerimentos

9h A comissão parlamentar mista de inquérito pode analisar, entre outros, os requerimentos de convocação do ex-dono da construtora Delta Fernando Cavendish e do ex-diretor do Dnit Luiz Antônio Pagot.

CRE: Carreira do Exército

10h Em exame na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, projeto que trata dos requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Também na pauta seis projetos de decreto legislativo.

CDR: Apoio para plano diretor

10h Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em caráter terminativo, proposta que obriga a União a prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do plano diretor.

CMO: Créditos

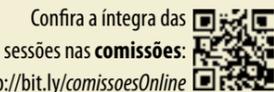
10h Reunião da Comissão Mista de Orçamento para votar projetos de lei que autorizam créditos para ministérios e órgãos públicos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Adverse: a democracia tem conflitos, não é harmonia

O elogio ao liberalismo feito na noite de terça-feira pelo professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Helton Adverse trouxe calor ideológico aos debates do Fórum Senado Brasil 2012. No entender de Adverse, o liberalismo segue com força, na falta de alternativa consistente a ele. Para o palestrante, “o socialismo é essencialmente antidemocrático, pelo menos se levada em conta a sua experiência histórica, pontuada pela supressão da liberdade política em prol de metas de nivelamento econômico”.

Muitos governos intervencionistas estabelecidos na América Latina nos últimos anos “têm a mesma inspiração, e, portanto, caminham no sentido contrário à democracia”. Mesmo nas crises, afirmou, “a concepção da democracia liberal resguarda as diferenças sem ameaçar a estrutura política”. Entretanto, Adverse pregou a ideia de que há um ponto máximo de exclusão social, que põe em xeque o próprio sistema liberal, e um ponto mínimo, a partir do qual a democracia começa a ceder em função do cerceamento ao mercado. O ideal é o equilíbrio.

— Quando o opositor é desqualificado, rompe-se o princípio da democracia. A crise de 2008 nos fez lembrar que existe política e que

a espontaneidade do mercado tem que ser vista com reservas. A democracia liberal ainda tem muito a contribuir para o desenvolvimento econômico e social — considerou.

O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que renunciou em 28 de junho ao cargo de alto representante-geral do Mercosul, fez uma intervenção afirmando que o exercício da democracia no Brasil é afetado pela desigualdade de renda, “que cresce sob uma cortina de fumaça”, e pela desigualdade política. Para o diplomata, a composição do Congresso deixa evidente a concentração de terras no Brasil: “a banca ruralista tem cerca de 300 parlamentares enquanto os trabalhadores rurais contam com quase 40 representantes”.

— Temos no Brasil uma plutocracia — afirmou o diplomata, utilizando termo criado pelo filósofo Aristóteles para designar o governo dos ricos.

O advogado Ulisses Riedel também apresentou críticas.

— A liberdade entre desiguais é falsa. Falta o ingrediente da solidariedade, sem o qual a liberdade não é ética — disse.

Para Adverse, a democracia não pode ser confundida com harmonia, pois abriga conflitos. “A liberdade política está na região entre a liberdade absoluta e a supressão absoluta dessa liberdade”, concluiu.

Pedro Franco/Agência Senado



Eduardo Braga garantiu que a proposta de Alvaro Dias entrasse na pauta de ontem do Plenário

Senado aprova voto aberto para cassação de mandato

Proposta segue agora para a Câmara dos Deputados, depois de causar debate por substituir na pauta de votações projeto que previa fim do voto secreto de forma mais ampla, em todas as votações do Congresso

POR AMPLA MAIORIA, o Plenário aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que determina o fim do voto secreto para perda de mandato de deputados e senadores. O projeto segue agora para a Câmara dos Deputados.

Aprovada em dois turnos de votação, a proposta substituiu na pauta de votação a PEC 38/04, do então senador Sérgio Cabral, atendendo a requerimento do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM). Essa PEC, mais ampla, extinguiria o voto secreto parlamentar em todos os casos, incluindo a escolha de autoridades e a análise de vetos presidenciais. Braga, porém, salientou que só havia consenso no Senado em torno do voto aberto em caso de perda de mandato — como prevê a PEC aprovada.

Em defesa da proposta de Alvaro, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) argumentou que o voto secreto em autoridades, como indicação de chefes de missões diplomáticas e minis-

tros de tribunais superiores, e no exame dos vetos presidenciais consiste em “proteção dos parlamentares” contra pressões externas.

Paulo Paim (PT-RS) discordou, lembrando que em sua atuação no Congresso nunca viu um veto presidencial ser derrubado.

— Não tem que ter medo. Ninguém aqui tem medo do voto aberto. Quem tem medo de abrir o voto no caso de análise de veto presidencial tem que sair da vida pública — afirmou, enfático, sendo acompanhado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Raulo Rodrigues (PSOL-AP) e Vital do Rêgo (PMDB-PB) na defesa do fim do voto secreto no Congresso.

Vontade de trair

Pedro Taques (PDT-MT) chegou a afirmar que o voto secreto “dá vontade de trair”, mas o parlamentar não pode ter receio de seu voto.

— Senador e deputado que não aguentam pressão têm que voltar para casa.

Blairo Maggi (PR-MT), Ana

Amélia (PP-RS), Paulo Davim (PV-RN), Wellington Dias (PT-PI), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Benedito de Lira (PP-AL), José Pimentel (PT-CE), Sérgio Souza (PMDB-PR), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Sérgio Petecão (PSD-AC) também se manifestaram a favor do fim do voto secreto nos casos de cassação de mandato parlamentar.

A PEC aprovada modifica o artigo 554 da Constituição no parágrafo que estabelece o voto secreto em decisões de perda de mandato de deputados e senadores.

Ao justificar o projeto, Alvaro chegou a mencionar os escândalos do mensalão e das sanguessugas como exemplos de situações em que a recomendação do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pela perda do mandato acabou não sendo seguida pelo Plenário: “É possível que se crie constrangimento, mas a população tem o direito de fiscalizar o seu representante”, segundo o senador.

Lio de Paula/Agência Senado



Helton Adverse dá palestra sobre democracia liberal e governabilidade

Pedro Simon cobra convocação de Pagot e Cavendish pela CPI

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu a convocação imediata de Luiz Antônio Pagot, ex-diretor do Dnit, e de Fernando Cavendish, ex-dono da empresa Delta Construções, para depor na CPI do Cachoeira. O senador mencionou notícias que teria havido um acordo com vários partidos pra evitar essas convocações. Simon disse que isso seria uma “humilhação para o Congresso”.

Jayme Campos quer temporizadores em todos os semáforos

Waldemir Barreto/Agência Senado



A instalação de temporizadores — contadores de tempo que mostram quanto tempo falta para um semáforo abrir ou fechar, já utilizados em algumas localidades — pode se tornar obrigatória em todo o país, segundo projeto (PLS 226/12) de Jayme Campos (DEM-MT). O senador afirmou que uma das mais frequentes causas de acidentes de trânsito deve-se a súbita ou inesperada mudança do sinal luminoso.

Lídice: universidade da ONU poderá ter sede em Salvador

Marcos Oliveira/Agência Senado



A reitoria e sede da administração da Universidade Mundial de Segurança e Desenvolvimento Social das Nações Unidas deve ser em Salvador, “terceira maior capital do país e a maior do Nordeste”, defendeu Lídice da Mata (PSB-BA). O projeto do governo da Bahia será apresentado à ONU em agosto. A criação da instituição foi definida em maio, no Fórum de Salvador, que reuniu especialistas de 19 países.

Bauer relata debate sobre ensino técnico realizado na China

Waldemir Barreto/Agência Senado



Paulo Bauer (PSDB-SC) relatou sua participação no 3º Congresso Internacional sobre Educação e Formação Técnica e Profissional, em Xangai, na China, em maio. Segundo o senador, no evento destacou-se a importância do acesso ampliado à internet e do financiamento de empreendimentos educacionais diante de problemas como a falta de treinamento para a área industrial e o desemprego de jovens.

Ivo Cassol destaca crescimento do PP nas eleições de 2012

Marcos Oliveira/Agência Senado



Em Rondônia, 14 candidatos do Partido Progressista devem disputar cargos de prefeito e outros 17 de vice-prefeito, anunciou Ivo Cassol (PP-RO). O senador comemorou o crescimento de seu partido nas eleições municipais deste ano no estado. Segundo ele, o PP deve adotar a postura de não interferir nas eleições, buscando respeitar as decisões tomadas nas convenções municipais.

Vai para sanção projeto que prevê salário para conselheiros tutelares

Responsáveis por zelar pelo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, muitos conselheiros não têm salários nem direitos trabalhistas

EM VOTAÇÃO SIMBÓLICA, o Plenário do Senado aprovou o projeto que garante remuneração e direitos trabalhistas básicos aos conselheiros tutelares de todos os municípios. Hoje, muitos conselheiros não recebem remuneração.



Para a autora, Lúcia Vânia, projeto busca atendimento eficaz à criança

O texto aprovado foi um substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto original (PLS 278/09), da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). A proposta recebeu parecer favorável do relator, Gim Argello (PTB-DF), e agora vai para a sanção presidencial.

A votação foi acompanhada por vários representantes dos conselhos tutelares, presentes nas galerias do Plenário.

Como os demais trabalhadores, os membros dos conselhos

tutelares terão direito a salário, férias anuais remuneradas com adicional de um terço, 13º salário, licenças-maternidade

e paternidade e cobertura previdenciária.

A lei orientadora municipal ou distrital deverá prever os recursos para o pagamento da remuneração e para a formação continuada dos conselheiros.

Os conselhos tutelares são responsáveis por zelar pelo respeito aos direitos dos menores de idade, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Eles, por exemplo, atendem aos que sofrem violência.

Cada cidade precisa ter ao menos um conselheiro tutelar com cinco membros, escolhidos pela sociedade para mandatos de três anos. O ECA diz que cada prefeitura tem liberdade para decidir se seus conselheiros terão salário.

O projeto aprovado amplia

os mandatos para quatro anos, com direito a recondução (mediante novo processo de escolha), além de vincular o conselho à administração pública local.

Gim Argello introduziu algumas mudanças, como a instalação de mais de um conselheiro tutelar no Distrito Federal e nos municípios divididos em microrregiões, e eliminou a garantia de prisão especial para o conselheiro tutelar que tiver cometido crime comum.

— A luta é para que o conselho tutelar seja comprometido com a proteção integral, com a prioridade absoluta e com o atendimento eficaz de sua clientela: a criança e o adolescente com direitos ameaçados ou violados — disse Lúcia Vânia.

Avança projeto de lei que reconhece profissão de compositor musical

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou o projeto que reconhece a atividade de compositor como profissão artística. Como os senadores acolheram substitutivo ao projeto (PLS 563/09), o texto será submetido a turno suplementar de votação.

Pela proposta aprovada, é considerado compositor “o autor de obras musicais, com ou sem letra”.

O projeto original, apresentado pela então senadora Rosalba Ciarlini, promovia o reconhecimento da profissão de compositor pela modificação na Lei 3.857/60, que criou a Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) e regulamentou a profissão de músico.

O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), considerou mais adequado que a medida constasse de uma lei específica.

Aprovado aumento de aposentadoria para quem depende de cuidador

O segurado da Previdência Social que, após se aposentar, depender da assistência permanente de outra pessoa poderá ter o valor da aposentadoria acrescido de até 25%. Projeto nesse sentido foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário).

O relator do projeto (PLS 493/11) na comissão, Casildo Maldaner (PMDB-SC), explica que a lei que trata dos benefícios previdenciários já prevê o acréscimo na aposentadoria por invalidez. Ele elogiou o autor da proposta, Paulo Paim (PT-RS), por estender o benefício àqueles que, já aposentados, contraírem doença ou apresentarem limitação física que exija o apoio permanente de outra pessoa.

Proposta estabelece que benefício social seja pago preferencialmente à mulher

O pagamento dos benefícios sociais do governo federal poderá ser feito preferencialmente à mulher responsável pela família, caso se transforme em lei projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo (sem necessidade da aprovação do Plenário).

O autor do projeto (PLS 44/12), Paulo Bauer (PSDB-SC), explica que esse procedimento já é adotado no Programa Bolsa Família. Ele quer estendê-lo ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), ao Programa de Apoio à Conservação Ambiental e ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. No voto de Ângela Portela (PT-RR), lido por Ana Rita (PT-ES), foi enfatizada a preocupação da mulher com o bem-estar dos filhos.

Homem que adota criança sozinho pode ganhar direito a licença e salário por 120 dias

O homem que, sozinho, adotar uma criança poderá ter licença de 120 dias e remuneração equivalente ao salário-maternidade. A medida consta de um projeto de lei aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais e será submetido a votação em turno suplementar, em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário).

O direito já é assegurado à mãe adotante. Os autores do projeto são os senadores Aécio Neves (PSDB-MG) e Lindbergh Farias (PT-RJ).

O projeto também faz alterações na lei que trata de benefícios da Previdência Social.

A relatora da proposta foi Ana Amélia (PP-RS), que apresentou voto favorável.

Proposta obriga serviço público de saúde a fazer diagnóstico precoce de Alzheimer

Os serviços públicos de saúde mental devem incluir o diagnóstico precoce do mal de Alzheimer e a assistência integral das vítimas da doença.

Decisão com esse objetivo foi tomada pela Comissão de Assuntos Sociais ao aprovar substitutivo de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) a projeto de Eduardo Amorim (PSC-SE).

O autor previa incluir no SUS a realização de campanhas para orientar sobre a prevenção da doença. Vanessa entendeu, contudo, que só campanhas seriam insuficientes e incluiu o diagnóstico e a assistência.

O relator *ad hoc*, Paulo Davim (PV-RN), concordou com a alteração. O texto será submetido a turno suplementar de votação.

Trabalhador rural deverá ter direito ao seguro-desemprego durante a entressafra

Foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o projeto que dá ao trabalhador rural desempregado o direito ao seguro-desemprego por até três meses, no valor de um salário mínimo mensal, a cada período de dois anos.

Para se habilitar ao benefício, o interessado deverá comprovar que foi contratado por safra, por pequeno prazo ou por prazo determinado — sendo o período mínimo de oito meses — durante os últimos dois anos.

O benefício não pode ser concedido se o trabalhador desenvolveu atividade remunerada fora do meio rural, se estiver recebendo benefício de prestação continuada da Previdência Social ou se tiver renda própria de qualquer natureza suficiente para manutenção de sua família.

O autor do projeto (PLS 164/12),

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), argumenta que o trabalhador rural fica desprotegido na entressafra, dependendo de “pequenos bicos”, geralmente insuficientes para a subsistência.

Com o projeto, o senador quer cobrir, ainda que parcialmente, essa lacuna assistencial. Ele observa que a medida servirá de estímulo à formalização de contratos, com reflexos positivos na inclusão previdenciária e na construção da cidadania, além de estimular a fixação do homem no campo.

O relator, Paulo Paim (PT-RS), manifestou apoio ao projeto, mas discordou da estratégia do autor, que previa a criação de lei própria para estabelecer o benefício. O senador apresentou emenda para estabelecer o benefício ao trabalhador rural por meio de modificação na lei que regulamenta o seguro-desemprego.



Os senadores Ana Amélia, Casildo Maldaner, Paulo Paim e Vicentinho Alves: seguro-desemprego

Agricultor que migra para cidade poderá usar na aposentadoria tempo de trabalho no campo

Trabalhador rural que migrou do campo para a cidade poderá contar como tempo para aposentadoria os anos de trabalho no meio rural. A medida consta de proposta aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

O projeto (PLS 583/11), de Paulo Paim (PT-RS), estabelece que o tempo de serviço do trabalhador rural, como segurado especial, poderá ser considerado na contagem do período de carência para a aposentadoria por tempo de contribuição, até o limite de 25 anos para a mulher e de 30 para o homem, limitado o benefício ao valor de um salário mínimo.

— Se o trabalhador sai do campo e vai para a cidade, é justo que traga na bagagem o tempo de serviço como segurado especial para fins de acesso ao benefício de aposentadoria por

tempo de contribuição — argumentou.

O segurado especial é o agricultor familiar que recolhe à Previdência Social 2% da receita bruta obtida com a venda da produção, não fazendo jus à aposentadoria por tempo de serviço.

O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), disse que processos judiciais requerendo a averbação do tempo de trabalho rural para fins de aposentadoria por tempo de contribuição têm gerado polêmica.

— Na prática, o rurícola que trabalhou 10, 20, 30 anos no campo terá dificuldades para utilizar seu tempo de serviço como segurado especial para se aposentar por tempo de contribuição — explicou o relator.

Para ele, a medida contida no projeto aprovado ontem será importante para a sustentação da renda e para o combate à pobreza entre os idosos.

Agricultura familiar receberá R\$ 22 bi até 2013

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013, que destina R\$ 22 bilhões a políticas de apoio ao setor, foi lançado ontem no Palácio do Planalto. O presidente do Senado, José Sarney, participou da cerimônia.

Do total, R\$ 18 bilhões são para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que financia safra e investimentos nas propriedades rurais. O plano inclui ainda ampliação do seguro agrícola, para reduzir os riscos de prejuízos decorrentes da perda de lavouras e de criações por fenômenos climáticos. Prevê também a ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), alargando as modalidades de compras institucionais de alimentos para hospitais e presídios, por exemplo, diretamente da produção familiar.



Presidente Dilma (C) destaca os juros baixos para o setor, entre Pepe Vargas, José Sarney, Marco Maia e Gleisi Hoffmann

Segundo a presidente Dilma Rousseff, todos os empréstimos do Pronaf têm juros abaixo da inflação. Ela destacou a promoção da agricultura sustentável, incentivando sistemas agroflorestais por meio do Pronaf Floresta. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, acrescentou que a agricultura familiar é responsável pela produção de 70%

dos alimentos consumidos no país e por 74% da mão de obra ocupada no campo.

Representantes do setor elogiaram os investimentos.

— Onde temos agricultura familiar, temos desenvolvimento, sustentabilidade e produção de alimentos — afirmou Alberto Broch, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Semana passada, o governo anunciou o Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013. Ao todo, serão oferecidos R\$ 115,2 bilhões para o setor.

Também participaram do lançamento do Plano Safra para a Agricultura Familiar o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, ministros, governadores e parlamentares.

Souza assinala que plano vai beneficiar mais de 2 milhões de famílias



Waldemir Bornier/Agência Senado

Sérgio Souza (PMDB-PR) destacou em Plenário as medidas do plano lançado por Dilma. A previsão, disse ele, é que sejam beneficiadas mais de 2 milhões de famílias de agricultores e que cheguem aos agricultores familiares mais R\$ 4,3 bilhões por meio de assistência técnica e de aquisição de alimentos. A taxa máxima de juros, antes de 4,5%, cai para 4%. Para Souza, o mais importante é a ampliação de recursos para o setor.

O senador ainda lamentou a decisão do Comitê Olímpico Brasileiro de deixar fora das Olimpíadas de Londres a ginasta Jade Barbosa, devido a polêmica contratual.

Casildo acredita que medidas levarão qualidade de vida ao meio rural



Waldemir Bornier/Agência Senado

Casildo Maldaner (PMDB-SC) também elogiou o plano. Ele listou medidas adicionais que, acredita, ajudam a levar qualidade de vida ao homem do campo.

— Este plano de R\$ 18 bilhões não leva a soluções paliativas setoriais, mas dá certa consistência para que o pequeno produtor tenha condições de, na verdade, se organizar e ter perspectivas de segurança — afirmou.

Casildo apoiou o sistema de seguro do Pronaf, que, lembrou, prevê apoio à formação de cooperativas e leva à agricultura familiar a possibilidade de adesão ao Programa Universidade para Todos (Prouni).

Pinheiro afirma que o Plano Safra chega num momento decisivo



Waldemir Bornier/Agência Senado

Walter Pinheiro (PT-BA) comemorou o lançamento do Plano Safra de Agricultura Familiar e ressaltou a ampliação de crédito.

— O plano é ousado e chega em um momento decisivo para a agricultura familiar — disse o senador.

Como referência de agricultura familiar, Pinheiro citou projeto de fábrica de chocolate no município baiano de Ibicaraí, assinalando que iniciativas como essa poderão agora contar com os recursos do Plano Safra, que, em sua avaliação, cria uma nova etapa de segurança aos pequenos agricultores.

Polo de Manaus é exemplo de crescimento com proteção ambiental, diz Nascimento

Alfredo Nascimento (PR-AM) disse que o Brasil desperdiçou a chance de mostrar na Conferência de Desenvolvimento Sustentável Rio+20 um projeto que promove o crescimento econômico e preserva o meio ambiente: o Polo Industrial de Manaus.

Segundo ele, a Rio+20 jogou dinheiro fora — R\$ 150 milhões só com estrutura —, pois existem políticas públicas mais



Waldemir Bornier/Agência Senado

eficientes, e produziu um documento fraco, que sugere objetivos apenas para 2014 e 2015. Enquanto isso, disse o senador, o Polo Industrial de Manaus é o indutor do desenvolvimento, com negócios comprometidos com a sustentabilidade que impedem a exploração irracional dos potenciais naturais, permitindo a preservação de 98% da Floresta Amazônica no estado.

Kátia Abreu comemora ampliação do seguro agrícola para a safra 2012-2013

Kátia Abreu (PSD-TO) comemorou a ampliação do seguro agrícola no Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013, anunciada pelo governo semana passada. Com

a mudança, a cobertura às plantações passa de 5%, em 2011, para 20% este ano.

A senadora disse que o aumento da área segurada das lavouras no Brasil atende a uma exigência da atividade,



Waldemir Bornier/Agência Senado

que se modernizou. Ela informou que, enquanto nos Estados Unidos a cobertura de seguros para plantações agrícolas atinge em média 86% da área cultivada a cada ano, no Brasil pequena parcela do total das lavouras conta com a proteção.

— Conseguimos sensibilizar a presidente Dilma Rousseff quanto à ausência de seguro agrícola — disse Kátia Abreu.

Texto reestrutura Sistema de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro

O Sistema de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), destinado a proteger a população, o meio ambiente e as instalações nucleares, será reestruturado.

As novas normas de funcionamento estão contidas num projeto de lei (PLC 191/10) aprovado ontem pela Comis-

são de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O texto aprovado é um substitutivo elaborado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), relator da matéria, e lido durante a reunião por Valdir Raupp (PMDB-RO).

A proposição terá de ser

submetida a turno suplementar de votação na CCT, em decisão terminativa (sem necessidade de passar pelo Plenário).

De acordo com o substitutivo, haverá um órgão central, vinculado ao governo federal, com as atribuições de planejar, coordenar e supervisionar as atividades do Sipron. Também

haverá órgãos de coordenação setorial, unidades operacionais e órgãos de apoio.

A regulamentação do Sipron, a ser estabelecida por decreto, especificará sua estrutura organizacional. Uma vez convertido em lei, o projeto revogará o Decreto-Lei 1.809/80, que instituiu o Sipron.



Os senadores Eduardo Braga, Gim Argello e Walter Pinheiro em reunião da CCT: Programa Nuclear Brasileiro

Valadares entrega relatório final da LDO para 2013

Texto será colocado em votação na próxima semana na Comissão Mista de Orçamento. Relator incluiu no projeto um artigo que autoriza reserva de recursos para eventuais reajustes dos servidores públicos federais

O RELATÓRIO FINAL do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013 foi entregue ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O texto será colocado em votação a partir da próxima semana na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Após aprovado na comissão, o projeto será encaminhado para votação em Plenário. O recesso parlamentar só pode começar depois que o Congresso aprovar a matéria.

O projeto recebeu 4.122 emendas, sendo 3.202 de texto e 920 para a elaboração do Anexo de Metas e Prioridades.

O relator manteve o dispositivo que permite a execução de investimentos, em 2013, mesmo que a lei orçamentária não seja sancionada até 31 de dezembro. Esse é um dos principais pontos da proposta defendidos pelo Executivo.

Entre os pontos incluídos por Valadares, está o artigo que autoriza a reserva — na proposta de lei orçamentária anual que o Executivo tem de



Valadares (E) ao lado do presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta

entregar ao Congresso até 31 de agosto — de recursos para reajustes dos servidores dos três Poderes e do Ministério Público da União (MPU). A incerteza sobre a evolução da receita arrecadada pela União em 2012 e sobre sua projeção para o ano seguinte favoreceu a inclusão da medida no relatório. O governo é contra ela, por causa do impacto nas contas públicas.

O relatório não quantifica parâmetros para a reserva. Uma das possibilidades em estudo pela CMO, segundo

Valadares, é a adoção de limites com base na média do percentual de comprometimento da receita corrente líquida da União dos exercícios de 2009 a 2011.

“Não houve tempo para a busca de um consenso”, explica Valadares no relatório. Entretanto, a medida, segundo ele, contribuirá para que os representantes dos Poderes e do MPU continuem buscando regra ou critério adequado até o envio da proposta de lei orçamentária. (Com informações da Agência Câmara)

Universidade Aberta mais próxima de financiamento

O Plenário aprovou o PLV 10/12 (MP 562/12), que promove mudanças em uma série de programas de educação. O texto, que vai à sanção, cria o Plano de Ações Articuladas e inclui na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola a Universidade Aberta do Brasil, sistema de universidades públicas que oferece cursos de nível superior por meio do uso da metodologia da educação a distância.

Novos cargos para o Ministério da Defesa

Foi aprovada pelo Plenário a criação de 225 cargos em comissão no Ministério da Defesa. O PLC 38/12 também cria 28 gratificações de representação, 134 gratificações para cargos de confiança e 101 gratificações de representação para exercício de função no ministério. O texto vai à sanção. Os cargos serão usados, segundo o governo, para reorganizar a pasta, que agora coordena o planejamento das Forças Armadas.

Indicação de Ana Dolores para a CVM é acatada

Foi aprovada ontem em Plenário a indicação de Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes para ocupar o cargo de diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Foram 46 votos favoráveis, 4 contrários e nenhuma abstenção.

Ana Dolores é formada em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra pela PUC do Rio de Janeiro e doutora pela Universidade da Califórnia.

Acordo com Turquia evita tributação dupla

O Senado aprovou acordo firmado com a Turquia para evitar a tributação dupla e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre a renda. Celebrado em 2010, em Foz do Iguaçu (PR), o texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados no final de maio.

Para o relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), o objetivo é evitar que a mesma renda seja tributada pelo mesmo imposto nos dois países.

Brasil errou ao apoiar sanções contra o Paraguai, afirma Francisco Dornelles

Ao ignorar a Constituição do Paraguai, o Brasil seguiu uma linha de prepotência desrespeitosa. A avaliação é de Francisco Dornelles (PP-RJ), que criticou as sanções impostas pelo Brasil e por outros países após o *impeachment* de Fernando Lugo, em junho.

— O Brasil e todo o mundo têm o direito de discordar do procedimento adotado, mas essa discordância não permitiria ao Brasil ignorar o fato de que ele se deu em conformidade com o texto constitucional do Paraguai — afirmou o senador, que destacou o fato de a Suprema Corte daquele país ter ratificado o processo.

Para Dornelles, o Brasil passou uma mensagem para toda a América Latina de que os presidentes da Argentina, da Venezuela, da Bolívia e do Equador podem continuar a coibir as liberdades de imprensa e desrespeitar o Congresso e o Judiciário.

— Caso os Congressos



Para o senador, *impeachment* de Lugo seguiu regra constitucional

desses países tomem qualquer medida para conter o poder ditatorial de seus chefes de Estado, o Brasil estará pronto para exercer seu questionável poder de polícia.

O senador considera que a postura brasileira contrasta com sua tradição de autonomia e de defesa do princípio da não intervenção em assuntos estrangeiros.

— Espero que o Brasil reconheça o erro e encontre com serenidade um caminho para corrigir sua desastrosa decisão — concluiu.

Paulo Paim pede moradias para alunos da Unipampa

Paulo Paim (PT-RS) pediu ao governo federal atenção à demanda da Universidade Federal do



Pampa, no Rio Grande do Sul, por mais moradias estudantis. A universidade tem *campi* em dez municípios e recebe estudantes também do Uruguai, Paraguai e Argentina.

— São necessários recursos financeiros para garantir o acesso à educação e moradia desses alunos — disse.

Muitos desses estudantes não têm condições de arcar com aluguel e clamam pela implantação de casas do estudante, disse o senador.

Eles estão sendo vítimas da especulação imobiliária, da burocracia e da falta de qualidade dos imóveis oferecidos para aluguel e não conseguem fixar residência e estudar com dignidade.

Davim enaltece recursos para cirurgias eletivas

Paulo Davim (PV-RN) elogiou a decisão do governo federal de publicar diretrizes para



cirurgias eletivas do Sistema Único de Saúde (SUS) e destinar R\$ 650 milhões para que estados e municípios as realizem. Essas cirurgias são procedimentos considerados simples para tratamento, por exemplo, de catarata, varizes, ortopedia, urologia, oftalmologia e otorrinolaringologia.

— Realmente veio em boa hora. É um problema grave que está presente no dia a dia do Sistema Único de Saúde.

No ano passado, foram realizadas 345.800 cirurgias eletivas no Brasil, a um custo de R\$ 350 milhões. A cirurgia de catarata é a mais procurada pelos usuários do SUS — foram 168.945 em 2011, 96,4% que em 2010.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Jucá pede fim de contribuição do empregador sobre FGTS

Romero Jucá (PMDB-RR) fez um apelo ontem aos líderes dos partidos por rapidez na votação do projeto de lei que acaba com o pagamento de contribuição social incidente sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a partir de 2013 (PLS 198/07 — Complementar).

Relator do projeto, o senador explicou que a contribuição foi criada em 2001 para corrigir um desequilíbrio entre a correção dos saldos das contas individuais do FGTS, determinada pelo Poder Judiciário, e o patrimônio do fundo.

Jucá lembrou que o valor

pago pelos empregadores não vai diretamente para as mãos dos trabalhadores, mas para o fundo.

— É uma matéria que faz justiça e diminui o custo Brasil no momento em que nós precisamos, efetivamente, desonerar as empresas brasileiras — afirmou o parlamentar.

Segundo o senador, o desequilíbrio entre a correção das contas e o patrimônio do FGTS, criado com a implementação dos planos Verão e Collor I, acabou em 2010, motivo pelo qual o acréscimo teria perdido a razão de existir.

Bauer: governo prometeu, mas não ajudou suinocultores

Paulo Bauer (PSDB-SC) chamou a atenção para as dificuldades dos suinocultores brasileiros. Ele disse que o Ministério da Agricultura prometeu medidas para ajudar o setor, mas até agora nada foi feito.

O senador informou que criadores de porcos de todo o país estarão em Brasília na próxima semana para cobrar ajuda do governo federal.

Ele disse que Santa Catarina tem uma atividade intensa de suinocultura e que as dificuldades do setor fazem com que o estado passe por uma “situação dramática”.

Paulo Bauer observou, no

entanto, que as dificuldades atingem também outros produtores e agricultores do estado. Ele informou que 20 municípios catarinenses já decretaram estado de emergência devido aos prejuízos na safra e na produção.

— Os agricultores não conseguem mais pagar suas contas no comércio local. Já estão vendendo as cabeças de suíno que ainda possuem por preços ínfimos, porque não conseguem mais adquirir o produto para alimentá-los, dado o prejuízo que têm.

Bauer cobrou uma resposta urgente do ministro Mendes Ribeiro Filho.

Wellington: comércio no Piauí cresce acima da média nacional

Em discurso, Wellington Dias (PT-PI) comemorou o crescimento do comércio no estado do Piauí.

De acordo com resultados da *Pesquisa Anual de Comércio 2010*, divulgada pelo IBGE na semana passada, o comércio do Brasil cresceu 32%, enquanto o Piauí registrou aumento de 64%.

O estado ficou em terceiro no país, atrás apenas de Roraima (68,7%) e do Tocantins (68,8%).

Os números colocam o Piauí como o estado que mais cresceu na região Nordeste. O senador disse que os municípios de Teresina, Picos, Piripiri e Floriano se destacaram na contribuição com o crescimento.

— Parabéns a todos que fazem o comércio do Piauí — disse.

Petecão defende mudança no fuso horário do Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) comemorou a aprovação, pela Comissão de Assuntos

Econômicos, do projeto que altera o horário oficial do Acre e de parte do Amazonas. A proposta (PLC 63/11) prevê que o horário nesses locais volte a ter duas horas a menos em relação a Brasília, e não uma hora, como determinado por uma lei de 2008.

Petecão explicou que a modificação do fuso vigente no Acre desde 1913 foi iniciativa do atual governador, Tião Viana, na época em que era senador. A mudança, segundo Petecão, foi feita “de forma arbitrária, truculenta e arrogante”, sem ouvir a população.

— O nosso horário velho vai voltar. Vai voltar porque acredito no Parlamento.

Atualmente tributo é arrecadado pelo estado onde fica o vendedor; com a mudança aprovada, que agora será analisada pelos deputados federais, parte do ICMS ficará no estado comprador

Senado aprova divisão do ICMS do comércio eletrônico

OS SENADORES APROVARAM ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 103/11) que modifica os critérios de distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre o comércio pela internet.

A mudança dá parte da arrecadação do tributo ao estado comprador. Hoje, é integralmente destinado ao estado da empresa responsável pela venda.

Pela proposta, caberá ao estado do comprador o ICMS correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual. A matéria agora vai para a análise da Câmara dos Deputados.

Quando o comprador for contribuinte do ICMS (geralmente empresa), a diferença será calculada entre a alíquota interna do estado destinatário e a interestadual. Mas, no caso de não contribuinte (pessoa física), aplica-se a diferença entre a alíquota interna do estado remetente e a alíquota interestadual.

Em seu relatório pela aprovação da matéria, Renan Calheiros (PMDB-AL) diz que o comércio eletrônico vem

crescendo exponencialmente no Brasil, com faturamento de mais de R\$ 18 bilhões em 2011. Entretanto, como a maioria das lojas virtuais é sediada nos estados mais desenvolvidos, a arrecadação do ICMS acaba ficando nas mãos de poucos entes federados.

Durante a discussão da PEC, Renan foi parabenizado por vários senadores pelo importante papel desempenhado na conciliação de interesses dos diferentes estados brasileiros, o que permitiu a aprovação por unanimidade do projeto.

Divisão justa

Muitos parlamentares consideraram também a aprovação da PEC como uma etapa inicial do processo de revisão do pacto federativo. Na visão deles, a medida possibilitará uma distribuição mais justa da receita tributária no país.

— Essa votação não é um ponto isolado, mas a continuidade de um processo que nós aqui iniciamos com a aprovação da uniformização da alíquota do ICMS nas operações com importados. Faz parte do contexto de um novo pacto federativo — disse Walter Pinheiro (PT-BA).

Eduardo Braga (PMDB-AM) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) avaliaram que as novas regras aprovadas para o ICMS do comércio eletrônico vão ajudar a fortalecer o sistema federativo brasileiro, contribuindo para uma distribuição mais igualitária dos recursos do ICMS entre os estados.

Delcídio do Amaral (PT-MS) comemorou a aprovação da PEC lembrando que era um dos itens fundamentais da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), da qual é o presidente, e também do Plenário do Senado.

— Com essa PEC, vamos ter uma distribuição mais justa dos recursos do *e-commerce*, que está concentrado em três ou quatro estados.

Registraram também posição favorável à aprovação da matéria os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Alvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Taques (PDT-MT), Jayme Campos (DEM-MT), Gim Argello (PTB-DF), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Blairo Maggi (PR-MT), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Jorge Viana (PT-AC), Lídice da Mata (PSB-BA), Wellington Dias (PT-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Senador Renan Calheiros fala no Plenário, durante votação da PEC que trata do ICMS no comércio eletrônico

Deputados estaduais querem revisão de dívidas

Deputados estaduais de todo o país reuniram-se ontem no Senado com o presidente da Casa, José Sarney, para apresentar propostas de renegociação das dívidas dos estados e municípios.

O grupo — liderado pelo presidente do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas, deputado Dinis Pinheiro (PSDB), de Minas Gerais, e pelo presidente da

União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), Joares Ponticelli (PP), de Santa Catarina — defendeu a substituição do IGP-DI pelo IPCA como o índice de correção da dívida, retroativamente à data de assinatura dos contratos. Ele também sugeriu a redução do percentual de comprometimento da receita, hoje de 13%, para no máximo 9%, e o ajuste da taxa de juros.

De acordo com a Unale, mesmo pagando 13% da receita corrente líquida, que é o limite definido nos contratos, os estados não vêm conseguindo quitar nem os juros. Com isso, as dívidas se multiplicam, comprometendo a capacidade de investimento público. Segundo informações da entidade, 25 entes federativos (dos 26 estados e o Distrito Federal) são devedores da União.



Valdir Raupp (E) e Eduardo Lopes em reunião da CCT que aprovou projeto sobre plano de telefonia sem assinatura básica

Telefônicas podem ter que oferecer plano alternativo

Cliente de telefonia poderá optar por planos com tarifas associadas ao consumo medido do serviço, segundo projeto aprovado ontem na CCT e que segue agora para decisão terminativa da CMA

PROJETO DETERMINANDO QUE as empresas de telefonia sejam obrigadas a oferecer a seus clientes planos alternativos, sem cobrança de assinatura básica e sem franquia (imposição de limite mínimo de consumo), “com estrutura tarifária que contemple valores associados ao consumo medido do serviço, resguardada a cobrança por serviços de instalação e de manutenção”, foi aprovado ontem na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O texto aprovado é um substitutivo elaborado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ao PLS 340/08, de Valdir Raupp (PMDB-RO). O relator *ad hoc* foi Sérgio Souza (PMDB-PR). A proposta será ainda submetida à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde

receberá decisão terminativa.

O projeto inicial modificava o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), para tornar nulas as cláusulas de contrato que viessem a impor limites mínimos de consumo periódico, salvo se os saldos não utilizados puderem ser acumulados para uso posterior.

Já o texto aprovado faz a mudança na Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.472/97) para tornar obrigatória a oferta de planos alternativos pelas empresas de telecomunicações.

Segundo Ferraço, o projeto original não deixava clara a restrição de sua abrangência apenas aos serviços de telecomunicações. Outra razão da alteração no projeto original foi não afetar a legalidade dos planos com assinatura básica. O relator explica que buscou “evitar o entendimento de que a assinatura básica dos serviços

de telecomunicações seja prejudicial ao consumidor ou implique enriquecimento indevido da empresa prestadora”.

— Em vez de impedir que existam contratos com franquias mínimas de consumo, julgamos mais sensato impor às concessionárias de serviços de telecomunicações a oferta concomitante de planos cuja estrutura de preços não contenha valores desassociados do efetivo consumo, deixando a escolha a critério de cada consumidor — afirmou Ferraço.

Garantia

Independentemente do consumo de cada assinante, explica o senador na justificativa do substitutivo, a empresa tem de enfrentar custos “não desprezíveis” de aluguel de postes e dutos e até de reposição de cabos, frequentemente roubados, para garantir a prestação continuada dos serviços.

Marta elogia trabalho de juristas sobre Código Penal

Marta Suplicy (PT-SP) registrou a conclusão, pela comissão de juristas, do anteprojeto do novo Código Penal, entregue ao presidente do Senado, José Sarney, na semana passada. Para ela, a atualização é necessária, já que o texto está em vigor desde 1942.

— Se formos pensar, em 70 anos quantas coisas mudaram e quantas situações que nem existiam passaram a ser passíveis de punição? A sociedade mudou realmente.

Um dos principais avanços apontados pela senadora foi a revisão nas penas, para garantir uma proporcionalidade maior. Além disso, o texto sistematizará as cerca de 120 leis esparsas editadas desde a elaboração do Código Penal, como as que tratam de crimes

ambientais, contra o sistema financeiro e contra a mulher.

Entre os temas citados por ela como avanços do texto, estão o combate à homofobia, aborto, eutanásia, uso de drogas, *bullying* e um capítulo destinado aos crimes contra direitos humanos.

GOVERNO DE SP NÃO DEFENDE A MULHER, DIZ SENADORA

Marta Suplicy lamentou a inexistência de um plano integrado do governo de São Paulo para combater a violência praticada contra a mulher.

— Há seis anos a Lei Maria da Penha está aí e nada aconteceu — disse a senadora, citando o assassinato de 663 mulheres em 2010, “praticamente duas mortes por dia”.

Para ela, os números assustam, assim como o crescimento da violência no interior, o que evidencia a necessidade de ampliação dos serviços.

Anibal pede mais segurança em áreas indígenas

Anibal Diniz (PT-AC) fez um apelo ao governo federal pela segurança e proteção dos povos da floresta.

Para ele, há hoje uma situação generalizada de impunidade em áreas indígenas. Citando dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Anibal chamou a atenção para o fato de que do total de 1.046 terras indígenas existentes no país, apenas 363 estão regularizadas.

Jayme Campos quer reforma do sistema prisional

Jayme Campos (DEM-MT) defendeu uma reforma urgente do sistema prisional brasileiro, que não oferece aos presos a menor possibilidade de se reeducarem para a vida em sociedade.

Para ele, as prisões se tornaram academias do crime.

— Lugares que deveriam ser de ressocialização transformaram-se em depósitos humanos, aumentando cada vez mais a proliferação de graves doenças, existência de drogas e armas, trazidas até mesmo pelos parentes em dia de visita — disse.

Para coordenador do Ipea, obras em aeroportos não ficarão prontas para Copa de 2014

A possibilidade de as obras dos aeroportos do país não ficarem prontas para a Copa do Mundo de 2014 foi discutida ontem pela Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil.

A preocupação foi levada ao Senado pelo coordenador de Infraestrutura Econômica da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Carlos Campos, um dos convidados da audiência pública realizada ontem.

— No atual estágio dos terminais de passageiros e considerando os prazos médios de obras no Brasil, existe uma reduzida possibilidade de no início do Copa tudo estar pronto — alertou Campos.

Ele sugeriu que se pense em um plano B, como a construção de terminais temporários.

Segundo o técnico do Ipea,

dos 20 maiores aeroportos do Brasil, 14 operam acima da capacidade. Entre eles, cinco — Galeão (Rio), Confins (Belo Horizonte) e os de Recife, Curitiba e Fortaleza — atuam no limite da eficiência operacional.

Dados do Ipea apontam que nos últimos anos a Infraero investiu em infraestrutura aeroportuária menos de 50% dos recursos orçamentários disponíveis.

Campos alertou para a demora nos processos de transferência dos aeroportos para a iniciativa privada.

Dos 13 aeroportos das 12 cidades-sedes dos jogos da Copa do Mundo, só dois têm situação confortável — o de Recife, onde será apenas construída uma torre de controle, e o de Natal, que já foi privatizado.

Dos 11 restantes, apenas três tiveram o processo de

concessão concluído (Brasília, Garulhos e Viracopos) e quatro ainda estão com concessão em fase de projeto.

Legislação

Outro ponto levantado na audiência pública foi a necessidade de atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica. Desde que o código foi editado, em 1986, várias outras leis importantes foram criadas,

com influência direta no setor aeroportuário, deixando-o em desconformidade com a legislação atual brasileira.

O problema foi levantado pelo assessor executivo do Ministério da Fazenda, Fernando Antônio Soares. Ele citou como exemplos a Lei de Licitações, de 1993, e o Código de Defesa do Consumidor, de 1990.

A atualização do marco legal precisa tratar também do aumento da participação do capital estrangeiro no setor aéreo. No entendimento de Soares, investimentos internacionais ajudariam a aumentar a concorrência do mercado de aviação civil e a desenvolver a aviação regional, um dos pontos cruciais para melhorar a qualidade do serviço de aviação no país e contribuir com o desenvolvimento regional.



Carlos Cesar Modena, Vicentinho Alves, Carlos Campos e Fernando Antônio Soares: debate sobre aviação